

O AUTORITARISMO EM OLIVEIRA VIANNA

Karin Mandelli Matos

Especializada em Filosofia pela PGFIL - FUNREI

Resumo: Este trabalho tem a intenção de mostrar, em linhas gerais, como se desenvolveu o pensamento autoritário de Oliveira Vianna. Passando pelo darwinismo, mesologismo e culturalismo, o autor em questão desenvolve à luz do positivismo todo um caminho que, ao seu modo de ver, conduziria o Brasil a um estado sócio-econômico mais adequado aos padrões modernos.

Palavras-chave: Culturalismo. Darwinismo. Oliveira Viana.



Abstract: This work has the intention of showing, in general lines, as he/she grew Oliveira Vianna's authoritarian thought. Going by the darwinism, mesologism and culturalism, the author in subject develops to the light of the whole positivism a road that, to your way of seeing, it would lead Brazil to a more appropriate socioeconomic state to the modern patterns.

Key Word: Culturalismo. Darwinismo. Oliveira Viana.

O positivismo radical levou Oliveira Vianna a buscar grandes sínteses sociais de modo a integrar o povo-massa ao governo forte através do Estado Corporativo. Não interessava tanto o dever histórico, mas a realidade em si, escrava de si, a qual o estudioso da sociedade apenas reproduziria. Na sociedade tudo é uma questão de sentimentos e não só de razão, e o homem é em si mesmo assim como a sociedade. O que condiciona a ação humana é o meio natural, racial e cultural. A proposta de mudança de Oliveira Vianna esboça-se na autoridade sobre a liberdade e no governo sobre o povo.

2. O Autoritarismo em Oliveira Vianna

Oliveira Vianna (20/06/1883-

28/03/1951) foi um importante crítico do idealismo dos reformadores brasileiros no período de 1910 a 1940. Num primeiro momento, que se situa aproximadamente entre 1910 e 1920, Oliveira Vianna dedicou-se ao estudo da sociedade partindo do naturalismo sociológico herdado, sobretudo, das idéias de Darwin. O darwinismo aproveitou integralmente a tese de que o meio natural tem influência preponderante sobre as espécies e que existe uma seleção natural na qual devido a capacidade de adaptação, somente os seres mais fortes sobrevivem. Depois transpôs esta tese para a sociedade humana concluindo que os mais fortes seriam aqueles que subjagam, colonizam e dominam a técnica, ou seja, os arianos.

Fundamentado nestas idéias, Vianna

admite um profundo racismo que comunga com Sílvio Romero e

Capistrano de Abreu concordando com suas idéias de "branqueamento da nação" através da miscigenação das raças e da preponderância dos brancos. Os preconceitos de cor e sangue impediam à ascensão do poder "os mestiços inferiores que formigam nas subcamadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras" (Revista de Geografia, 1993, p. 155). Mais tarde, Oliveira Vianna associa as teses mesológicas de Ratzel na qual admite que as leis naturais condicionam a sociedade humana. "O homem é produto final de uma evolução, cuja principal forma era a seleção natural dos tipos, na conformidade de se ajustarem aos meio natural" (id. *ibid*).

Estas idéias o levam a cair num determinismo geográfico, sem levar em conta as condições sócio-econômicas existentes, além do fixismo que impedia que as classes inferiores da sociedade tivessem qualquer forma de expressão política. A subordinação econômica não provinha dos fatores materiais, mas da superioridade da raça, clima, geografia etc. Uns naturalmente dirigem, outros naturalmente obedecem.

Oliveira Vianna deixa claro seu conservadorismo de cunho positivista que admite o culto místico da raça e também a valorização regional. Tenta fazer a grande síntese positivista conciliando extremos: brancos/negros, superiores/inferiores, poder/povo, etc. Para ele os brasileiros foram resultado de uma miscigenação, sendo inferiores, incapazes de se auto-realizarem e dependentes do domínio externo de seus representantes no país. Queria o Brasil segundo os moldes europeus e americanos que "gentilmente" cederam aos coloniza-

dos a capacidade de se servirem do que existe ao seu redor.

O sentido da evolução e da expansão dos povos americanos não é o da conquista e da destruição e sim o da solidariedade, da continentalidade, da universalidade" (Medeiros.1978, p.23).

Entre 1930 e 1940, após ter estudado uma gama de autores nas áreas de direito e política, parte para uma visão antropológico - funcionalista - culturologia complementando suas teses darwinianas e mesológicas admitindo que o direito e a política são fatores do comportamento humano. Alterando-se o governo, altera-se também o comportamento coletivo. Assim, o indivíduo é produto do meio, da raça e também da cultura.

Vianna associa à culturologia um sistema dicotômico de ver o país: Brasil real versus Brasil legal/ O primeiro era aquele constituído pelo povo-massa, bestial e inexpressivo, o qual guiava sua vida pelo direito provindo dos costumes, mas que apesar de inferior era autêntico. O segundo, elitizado, culto, tendencialmente impregnado pelo liberalismo europeu, construtor dos direitos-leis e inautêntico.

Como todo bom positivista, Vianna propunha uma síntese que seria efetivada através do corporativismo que institucionalizaria as relações do "Estado Forte" com a classe trabalhadora, uma vez que, na atual condição as elites manejavam as leis conforme seus interesses particulares. A função, em suma, do Estado Corporativo era mediar o povo e o governo. Os Estados Corporativos nascem das organizações grupais e se tornam expressão dos seus interesses econômicos e das forças culturais que

os orientam frente ao "Estado Forte" que através do seu ideal coletivo seria o "demiurgo da Nação e, portanto, o criador de uma mística nacional, que integrasse a população em torno de um ideário de forte apelo emocional e as classes sociais num projeto único, nacional que tornasse desnecessárias e impraticáveis as liberdades políticas" (*Perspectivas*, 1982, p.35).

Na cúpula do Estado Forte estariam os "realistas", conservadores, autoritários, centralizadores, enfim, os "iluminados" sendo que a iluminação vem de motivos biotipológicos de raça e de hereditariedade. Os iluminados agiriam não pelo entendimento das necessidades do povo-massa, mas por um carisma, que salvaria o povo da anarquia, sendo que suas ações teriam caráter técnico e apolítico. O Estado Nacional teria a força e a hegemonia do poder central sobre o apís e sobre a Nação. A autoridade se sobreporia a liberdade se esta ainda sobrevivesse na minoria de liberais resistentes a atuação pertinaz dos conservadores.

Para Oliveira Vianna o autoritarismo, o poder pessoal e o paternalismo tem suas fontes no subconsciente nacional. A consciência é a alma da sociedade brasileira, e "o fazendeiro seria o centro dinâmico de toda a nossa história e nos dá a chave principal de sua interpretação" (Medeiros, 1978, p.166). Segundo ele, nossa história é de pastores, sempre fomos educados na obediência e somente a aristocracia rural poderia transformar o país, colocando-o à altura das grandes potências.

O liberalismo e a vida partidária tem raízes nos clãs feudais e famílias na vida política brasileira, definidos como

puramente organizações rurais voltadas à defesa pessoal de seus membros. Esta motivação privatista teria sido a força íntima inspiradora dos atos eleitorais, organizações privadas com funções políticas. Isso fez prevalecerem os interesses privados do poder e a vida política se tornaria um circuito de transmissão destes a nível nacional (*Perspectivas*, 1982, p.38).

O liberalismo seria o grande mal da Nação, pois inautêntico, artificial, alienado e antinacional impedia a execução dos grandes objetivos de Oliveira Vianna que se resumem em;

- 1º) manter a unidade nacional que abrange o território e a política social e econômica;
- 2º) modernizar as instituições através do corporativismo;
- 3º) conciliar as classes sociais.

A única forma de sobrevivência soberana possível seria o autoritarismo, o caminho natural dos que realmente amavam a Nação, autóctone, telúrico, brasileiro, enquanto que o liberalismo jamais será enraizado entre nós.

Nas críticas ao liberalismo, Oliveira Vianna coloca que ele "criou um fosso entre as formas legislativas e constitucionais e o povo-massa, inculto e desesperado para a democracia" (op. cit., p.37). Sua prática geraria no Brasil o sacrifício dos dois princípios vitais: a autoridade (gerando a anarquia) e a unidade (gerando o separatismo), e impregnaria maleficamente o país pelo seu poder desagregador, desarticulador da integridade da solidariedade entre as classes, podendo causar a morte da liberdade e da democracia.

Para que exista a democracia é preciso que o Estado atravessasse etapas bem definidas que seriam o Estado/Aldeia, o Estado/Império e chegaria ao Estado/Nação. No Brasil iniciamos no Estado/Império, logo não temos bases democráticas, uma vez que sempre fomos guiados pelo autoritarismo, faltando-nos o Estado/-Aldeia que constitui o alicerce para a democracia, uma vez que nele o povo constrói e consolida sua cultura e sacrifica seus interesses pessoais pelos coletivos. Ao invés de consciência institucional vivemos uma "mística nacional". Conclui que estamos destinados ao autoritarismo pela nossa história de exploração socio-econômica, pela organização territorial latifundiária e pelo povo de incumbência agrícola.

A democracia seria a organização da opinião pública e das classes sociais que vivem em estado de semiconsciência dos seus direitos e de inconsciência total da sua força, amorfas e inorgânicas, sem influência sobre o poder. Cada classe deve se organizar em associações e federações estaduais ou nacionais. Isto constitui a matéria-prima para os partidos políticos verdadeiros. Assim nasceria a democracia. Sem as organizações o povo seria governado por oligarquias brancas.

Para garantir o funcionamento das associações e federações deveria existir poder executivo e judiciário fortes. Desta forma haveria liberdade civil sem liberdade política e o povo-massa estaria presente na administração pública. A participação popular, segundo Oliveira Vianna, inexistia no Estado Liberal, e é mais um ponto de

discordância.

Oliveira Vianna dá crédito ao modelo político anglo-saxão, mas percebe que a devoção desinteressada às causas públicas, o poder de opinião e o espírito popular daqueles povos não condiz com a realidade brasileira. Enquanto os parlamentares brasileiros se inspiram em fantasias, venetas e livros, os ingleses, por exemplo, se inspiram na opinião inglesa. "Há uma coisa que sempre me maravilhou: o poder de opinião da Inglaterra... essa poderosa solidariedade de classes, esse espírito popular, militante e infatigável. Compreende-se então porque há ali governos devotados à causa pública, governos nacionais: governos patrióticos" (I.C.,p.15).

Para que a democracia funcionasse no Brasil era preciso corromper tais regimes adaptando-os à nossa realidade social. "O elemento de excelência de um ideal é a sua adaptação à realidade social" (Medeiros, 1918, p.206).

A nova organização da sociedade partiria da evolução das realidades sociais. Digo "evolução", e não "revolução", que se realizaria pela ação do Estado conforme as linhas históricas do passado. Era preciso modernizar pelas vias autoritárias sem ferir os costumes, através da unificação do mercado interno, trazendo seu desenvolvimento e implantação das indústrias de ponta, etc. A revolução seria controlada pelo autoritarismo porque o poder centralizado desprime e a obediência gera a força, a grandeza e o domínio.

Através da observação direta do povo os nossos construtores políticos

sobreporiam a autoridade sobre a liberdade e esta será a missão transcendental do Estado. Oliveira Vianna igualava Estado Nacional, Estado Autoritário, Estado Moderno e Estado Corporativo. Para ele todos são expressões da sociedade de massas do século XX que ele procurava adaptar à realidade brasileira, e modernizá-la segundo seus moldes autoritários.

Conclusão

Oliveira Vianna buscava a mudança

social tão pertinente a quem se dedica ao estudo do contexto histórico no qual vive. Para isto ele via dois meios. De um lado liberalismo, que considerou inadequado ao contexto brasileiro, e por outro lado a alternativa autoritária, que realmente valeria, desde que inserisse em seu postulado os costumes brasileiros sedimentados pela história local. O cerne do seu pensamento político consiste em realizar a grande missão histórica impulsionando o país à evolução. Queria transformar o Brasil/Império no Brasil/Nação. A autoridade controlaria as "revoluções" do povo, que daria uma contribuição "demagógica, popularesca e utópica", sendo que seriam na realidade efetivadas pelo poder.

Referências Bibliográficas

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930 a 1945*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1978.

PERPECTIVAS. São Paulo : UNESP. v. 5, 1982.

REVISTA DE GEOGRAFIA, São Paulo : UNESP. v. 12, 1993.

VIANNA, Oliveira. *Problemas da Política Objetiva*. São Paulo : Nacional, 1930.

-----, *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP; Rio de Janeiro : EDUFF, 1987.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1981.